



PROCESSO N.º : 2016002091
INTERESSADO : GOVERNADORIA DO ESTADO
ASSUNTO : Veta parcialmente o autógrafo de lei n.º 214, de 08 de junho de 2016.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre Oficio Mensagem n. 725, de 30 de junho de 2016, de autoria da Governadoria do Estado, comunicando esta Casa que, apreciando o autógrafo de lei n. 214, de 08 de junho de 2016, resolveu, com fundamento no   1.º o art. 23 da Constitui o do Estado, sancioná-lo parcialmente, vetando o seu art. 4.º

Conforme comprova a certidão de folha retro, o veto foi realizado tempestivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, como determina o   1.º do art. 23 da Constitui o Estadual.

De iniciativa do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, o autógrafo de lei concede revisão geral anual da remunera o dos servidores daquela Corte, relativa   data-base de 2015, reajustando-a em 6,23% (seis vírgula e vinte e três por cento), a partir de 1.º de março de 2016.

O dispositivo vetado tem a seguinte reda o:

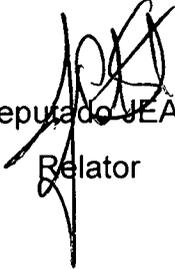
“Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publica o, retroagindo seus efeitos a 1.º de março de 2016.”

Entendemos que o veto deve ser mantido por seus próprios fundamentos.

Realmente, em decorrência do esforço envidado pelo Governo do Estado na busca pelo equilíbrio financeiro das contas públicas e ciente da elevada participação dos gastos com pessoal nas despesas do Tesouro Estadual, se faz necessário, por motivo de economicidade, manter o veto ao art. 4º, evitando-se, *assim*, a retroatividade da data-base concedida aos servidores do TCM, para que não resulte em elevação dos gastos públicos.

Por tais razões, somos pela **manutenção do veto**. É o relatório.

SALA DAS SESSÕES, em 11 de *Agosto* de 2016.


Deputado JEAN
Relator